

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 621

**ÊXODO RURAL, ENVELHECIMENTO E
MASCULINIZAÇÃO NO BRASIL: PANORAMA
DOS ÚLTIMOS 50 ANOS**

Ana Amélia Camarano^{*}
Ricardo Abramovay^{**}

Rio de Janeiro, janeiro de 1999

^{*} Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

^{**} Do Departamento de Economia e Procam/USP.



O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente

Fernando Rezende

Diretoria

Claudio Monteiro Considera

Luís Fernando Tironi

Gustavo Maia Gomes

Mariano de Matos Macedo

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (021) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (061) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 – APRESENTAÇÃO.....	1
2 – A DESRURALIZAÇÃO PROGRESSIVA.....	2
2.1 – Rural, Urbano.....	6
3 – PRINCIPAIS TRAJETÓRIAS REGIONAIS	6
3.1 – Anos 50: o Modelo Pau-de-Arara.....	8
3.2 – Anos 60: a Aceleração do Declínio Caipira.....	9
3.3 – Anos 70: o Sul em Busca do Norte	10
3.4 – Anos 80: no Centro-Oeste, Crescer e Expulsar	11
3.5 – Anos 90: o Fim de um Ciclo?	12
4 – MIGRAÇÕES: O PREDOMÍNIO JOVEM E FEMININO	13
4.1 – O Celibato Camponês: a Experiência Internacional.....	15
4.2 – Brasil: Gradual Predomínio Masculino entre os Jovens Rurais.....	16
4.3 – Algumas Diferenças Regionais	16
5 – CONCLUSÕES E ALGUMAS PERSPECTIVAS.....	19
BIBLIOGRAFIA	21

RESUMO

O trabalho apresenta um conjunto de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil como um todo e as cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90. Estas estimativas serviram de base para que fosse analisado o papel desempenhado pelas várias regiões brasileiras a cada década no processo de desruralização da população brasileira.

Os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural. Em termos nacionais, a intensidade do movimento de desruralização parece não se ter atenuado muito nos últimos 50 anos. Entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas.

Nas duas últimas décadas, é do Nordeste que saem do campo os maiores contingentes populacionais. Também neste período, áreas de expansão de fronteira agrícola como as regiões Centro-Oeste e Norte constituíram-se em expulsoras de população rural. Entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas.

Nos fluxos de origem rural predominaram as mulheres, com exceção dos anos 60. A magnitude da sobremigração feminina foi diferenciada temporal e regionalmente. Uma conseqüência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de sexos rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas, levando a uma crescente masculinização do meio rural brasileiro.

ABSTRACT

This paper presents a series of rural urban net migration by age and sex for Brazil as a whole and the five major regions. They refer to the 50s, 60s, 70s, 80s and the first half of the 90s. Based on this, it was possible to analyse the importance of the rural urban migration of each major region on the Brazilian total migration.

Rural-urban migration has been responsible for the reduction of rural population. At national level, this reduction has continued over the last 50 years. During 1950/80, most of the national rural urban areas was originated in the Southeast and the South regions. In the last two decades, it was the rural areas of the Northeast the most important out migration region. Also in this period, areas of agricultural frontier as the Mid West and the North became out migration area.

Female predominate on the rural-urban migration but it has varied according to regions and time periods. One consequence is an increase of the rural sex ration and a reduction of the urban ones.

1 - APRESENTAÇÃO

É bastante difundida — e não só entre os especialistas da área — a informação de que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida. Curiosamente, entretanto, desde então, o êxodo rural deixou de traduzir-se em cifras. A publicação do Censo de 1991 não foi suficiente para que se tivesse uma idéia precisa do que ocorreu a respeito durante a década de 80. Se os 27 milhões de migrantes do período 1960/80 estão na ponta da língua de qualquer estudioso sobre o meio rural, até aqui não se conhecia o êxodo dos anos 80.

É verdade que os resultados do Censo Demográfico de 1991, que permitem a estimação de saldos migratórios, só foram disseminados em 1996 e isto foi feito, primeiramente, por meio de CD-rom, o que para a sua leitura exigem-se técnicas e equipamentos que, na maior parte dos casos, estavam acessíveis apenas a uma minoria de pesquisadores. Talvez, porém, mais importante que as dificuldades técnicas de acesso aos dados seja o fato de que o êxodo rural deixou de estar entre os interesses prioritários dos estudiosos do tema, a começar pelos demógrafos. O surgimento de novos temas (mortalidade por violência nas grandes cidades, desemprego urbano, envelhecimento populacional etc.) responde em parte por esta situação e o estudo do êxodo rural aparece como assunto pouco promissor. Tudo se passa como se o esvaziamento social, demográfico e econômico do campo fosse uma fatalidade inerente ao processo de desenvolvimento ou como se se acreditasse que o fenômeno estudado já tivesse perdido importância quantitativa.

A importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os anos 90 não arrefeceram em muito esta tendência: se as taxas de evasão do meio rural observadas entre 1990 e 1995 persistirem pelo restante da década, quase 30% dos brasileiros que então viviam no campo em 1990 terão mudado seu local de residência na virada do milênio.

Por outro lado, entretanto, há ao menos três fatores que desmentem o caráter de profecia realizada associado com frequência ao estudo do êxodo rural. Nos países desenvolvidos, cerca de 1/4 da população vive no meio rural — embora seja muito minoritária a parcela deste total que exerce atividades agrícolas. Nos Estados Unidos a população rural está em crescimento e o potencial econômico das áreas rurais — associadas às cidades que as circundam — vem suscitando interesse cada vez maior. A própria Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) possui hoje um “serviço de desenvolvimento territorial” [ver Von Meyer (1998)]. As dinâmicas demográficas do meio rural não estão associadas apenas a seu esvaziamento, mas também à descoberta de seus novos trunfos.

O segundo fator que torna interessante o estudo da situação demográfica do meio rural brasileiro é a diferenciação regional quanto aos ritmos dos movimentos

migratórios ao longo do tempo, cuja expressão mais importante é o *declínio nas taxas de saída do campo nas regiões Sudeste e Sul nos anos 90*.

A terceira novidade associada ao estudo dos movimentos migratórios rurais está no *envelhecimento e na masculinização* da população que vive no campo. São cada vez mais os jovens que vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres.

O objetivo deste artigo é apresentar uma série histórica de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil como um todo e as cinco regiões para as décadas de 50, 60, 70, 80 e o primeiro quinquênio dos anos 90. Estas estimativas foram obtidas por métodos indiretos utilizando-se dados censitários e a Contagem Populacional realizada em 1996. Após um rápido panorama da dinâmica demográfica observada para o Brasil como um todo (Seção 2), o texto explora, na Seção 3, a hipótese de que as várias regiões brasileiras foram desempenhando a cada década papéis diferenciados no processo de *desruralização*.¹

A Seção 4 do trabalho analisa, de maneira sucinta, as implicações demográficas sobre o meio rural dos deslocamentos populacionais. Esta análise está baseada na evolução da razão de sexo nas diferentes regiões por faixa etária. Nas conclusões (Seção 5) são sugeridas algumas perspectivas para a continuidade da pesquisa.

Ressalta-se que este é um trabalho preliminar, primeiro resultado de uma pesquisa em andamento sobre a evolução histórica dos movimentos migratórios rural-urbanos e, de maneira mais geral, sobre as condições de vida no campo.

2 - A DESRURALIZAÇÃO PROGRESSIVA

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970 com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Desde então o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total nacional. A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. Mais recentemente, a queda de fecundidade rural contribuiu também para a diminuição do ritmo de crescimento desta população (ver Tabela 6).

Os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural. A Tabela 2 mostra a evolução histórica dos saldos líquidos migratórios rural-urbanos e as taxas líquidas de migração para as décadas

¹ A saída do meio rural não implica, necessariamente, o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana: *desruralização* nem sempre é sinônimo, neste sentido, de *urbanização* [ver Abramovay e Sachs (1996)].

compreendidas entre o período 1950/95² apresentados em outros trabalhos como o de Martine (1990, p. 22).

Tabela 1

Brasil — População Rural

	Total da População	Participação da População Rural no Total da População (%)	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81
1991	35.213.268	24,5	-0,77
1996	33.879.211	22,0	

Fonte: IBGE (vários censos demográficos).

Tabela 2

Estimativas de Saldo Líquido Migratório Rural-Urbano e Taxas Líquidas de Migração: Brasil — 1950/95

(Em mil hab)

Período	Saldo			Taxa Líquida de Migração (%) ^a
	Homens	Mulheres	Total	
1950/60	-4.839	-5.984	-10.824	-33,0
1960/70	-6.318	-5.146	-11.464	-29,9
1970/80	-6.959	-7.453	-14.413	-34,1
1980/90	-5.621	-6.814	-12.135	-31,4
1990/95 ^b	-2.696,0	-2.959,4	-5.654,4	-29,3

Fonte dos dados brutos: IBGE (vários censos demográficos). Estimativas realizadas pelos autores.

^a O denominador é a população do começo do período.

^b Taxa decenalizada para permitir a comparação.

Observa-se, até 1980, um crescimento absoluto do saldo populacional que deixou as áreas rurais. Aproximadamente 40% da população que vivia nas áreas rurais no começo dos anos 70 migraram nessa década. O fluxo que deixou o campo nos anos 80 também foi expressivo: 1/3 de todos os que viviam no meio rural em 1980 dali saiu durante o período, o que representou aproximadamente 13 milhões de pessoas.

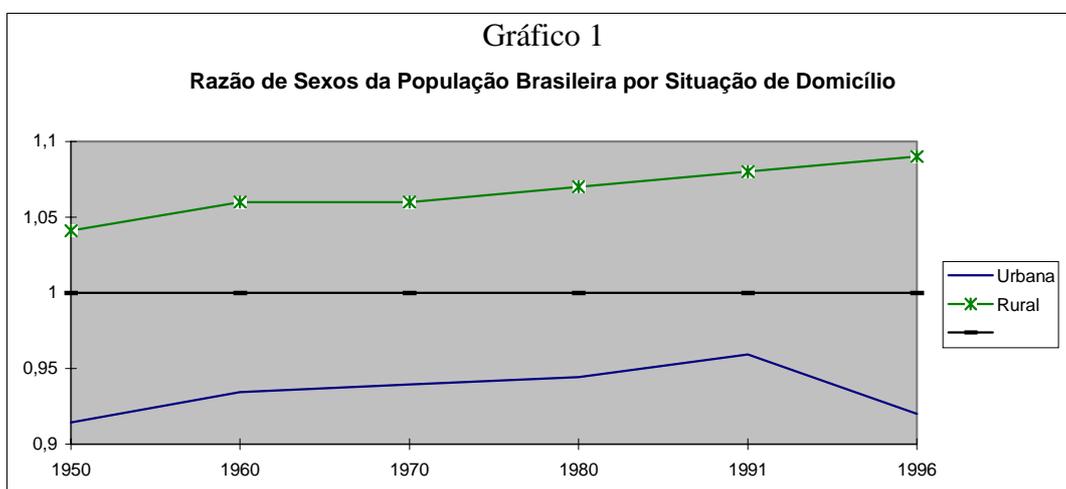
Entre 1990 e 1995 este movimento migratório superou os 5,5 milhões de habitantes. Isto significa que, se esta taxa persistisse durante toda a década, 28% da população rural que vivia no meio rural em 1990 terão mudado sua residência no ano 2000. Em outras palavras, o Brasil da virada do milênio persiste no movimento de desruralização cuja intensidade parece não se ter atenuado muito

² O saldo líquido migratório rural-urbano é a diferença entre a população rural esperada apenas em função do crescimento vegetativo (natalidade menos a mortalidade) e a população realmente encontrada no momento do censo.

nos últimos 40 anos em termos nacionais. Como será visto adiante, nos anos 90, entretanto, este êxodo concentra-se sobretudo na região Nordeste e *reduz-se de maneira significativa no Sudeste e no Sul*.

“As mulheres migram mais que os homens”, esta é uma das mais famosas “leis das migrações rurais” expostas em 1885 por Ravenstein (1885/1980, p. 65), clássico da literatura demográfica. No entanto, o exame da situação brasileira mostra que o predomínio feminino nos processos migratórios rural-urbanos só não aconteceu no Brasil nos anos 60, para quando se estimou uma sobremigração masculina de aproximadamente 1.200 homens (ver Tabela 2). Nas outras décadas, a migração feminina superou a masculina mas em magnitude diferenciada. A maior sobremigração feminina nos fluxos migratórios foi verificada nas décadas de 50 e 80. Nos anos 50, aproximadamente 1,2 milhão a mais de mulheres, ou seja, uma sobremigração de 19%, deixaram as áreas rurais. Nos anos 80, este diferencial absoluto foi de 1,5 milhão de pessoas e o relativo de 22% (ver Tabela 2).

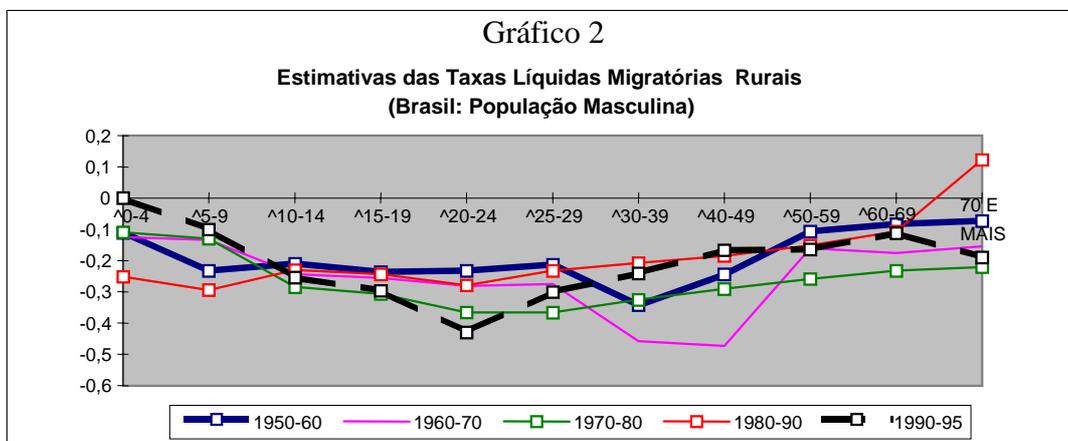
Uma conseqüência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de masculinidade rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas conforme mostrado no Gráfico 1. É portanto crescente a *masculinização* do meio rural brasileiro: a razão de sexos cresceu de 1,04 em 1950 para 1,09 em 1996. No meio urbano, o que se observa é o predomínio crescente da população feminina. A razão de sexos foi de 0,91 e 0,94 em 1950 e 1996, respectivamente, no meio urbano.³ As particularidades regionais e por grupo etário destas diferenças serão examinadas adiante.



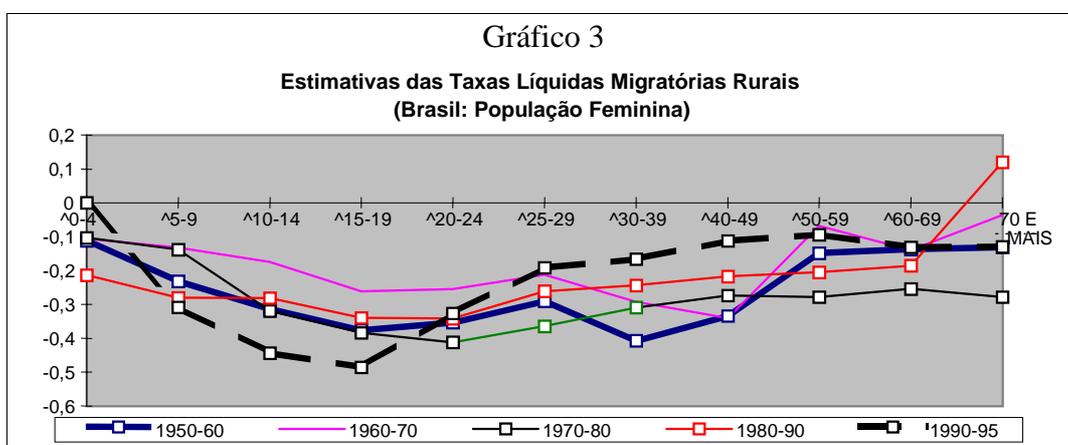
Outra característica importante é o rejuvenescimento do fluxo migratório rural. São cada vez mais jovens os que têm deixado o campo. As taxas decenais específicas de migração líquida rural-urbana para o período 1950/95 estão apresentadas nos Gráficos 2 e 3, para a população masculina e feminina, respectivamente.

³ O aumento da razão de masculinidade rural, principalmente para a população idosa, já foi mostrado por Bercovich (1993).

Observando o Gráfico 2, verifica-se um deslocamento do ponto máximo da distribuição. Na década de 50, o ponto máximo da migração ocorreu no grupo etário de 30 a 39 anos. Já nos anos 90, este ponto deslocou-se para o grupo de 20 a 24 anos.



Tendência semelhante foi observada para a população feminina. O Gráfico 3 mostra um deslocamento do ponto máximo da migração do grupo 30 a 39 anos nos anos 50 para 15 a 19 anos no primeiro quinquênio da década de 90. A tendência observada nos anos 90, em relação aos anos 80, é a de um decréscimo das taxas de migração da população maior de 20 anos e um acréscimo naquelas com idade inferior.



Por outro lado a emigração rural, aliada à mais alta fecundidade no campo, levou também a que a *razão de dependência rural* fosse mais alta do que a urbana.⁴ Em 1996, esta variou de 0,74 nas áreas rurais a 0,55 nas áreas urbanas, onde tem decrescido ao longo do tempo em virtude da queda da fecundidade que reduz o peso da população jovem no total da população.

⁴ A razão de dependência relaciona a população considerada demograficamente dependente (menor de 15 anos e maior de 64) com a demograficamente considerada ativa (entre 15 e 65 anos). Quanto mais alta a razão maior é a carga que recai sobre a população ativa.

Tabela 3

Razão de Dependência por Situação de Domicílio: Brasil — 1960/96

	1960	1970	1980	1991	1996
Rural	0,89	0,91	0,86	0,73	0,73
Urbana	0,66	0,67	0,59	0,52	0,55

Fonte: IBGE (vários censos demográficos).

2.1 - Rural, Urbano

Não existe critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia, são rurais os habitantes que vivem em assentamentos humanos com menos de 10 mil habitantes — e que guardam, bem entendido, uma certa distância dos centros metropolitanos [Bartolomé (1996, p. 55)]. Na França este limite é estabelecido em 2 mil habitantes. Vários países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá) adotam igualmente um limite populacional que varia entre mil e 2,5 mil habitantes na definição de população rural. Na Costa Rica, no Haiti, Uruguai e em Cuba são rurais as localidades com “características não-urbanas”. No Chile, além do patamar populacional a localidade rural deve ter menos de 50% de sua população ativa ocupada em atividades secundárias [Dirven (1997, p. 79)].

No Brasil, bem como no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e em El Salvador, o critério tem natureza mais administrativa que geográfica ou econômica. O que vale não é a intensidade ou certas qualidades dos assentamentos humanos, mas o fato de serem considerados administrativamente como urbanos ou não pelos poderes públicos municipais. Segundo a definição do IBGE (1997), “na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”. Este critério contribui para uma certa subestimação da população rural: sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas.

3 - PRINCIPAIS TRAJETÓRIAS REGIONAIS

Esta seção examina o comportamento dos fluxos migratórios nas cinco grandes regiões brasileiras a partir de duas perguntas:

a) Qual a participação de cada região do país no total de migrantes rurais? A Tabela 4 mostra que é do Nordeste, por exemplo (com exceção dos anos 60), que saem do campo os maiores contingentes populacionais. Do êxodo rural de 5,8 milhões de habitantes nos anos 90, mais da metade é composta de nordestinos.

Tabela 4

Estimativas de Saldo Líquido Migratório por Regiões e sua Distribuição Proporcional —1950/95

	(Em mil hab e %)									
	1950/60		1960/70		1970/80		1980/90		1990/95	
Norte	-297,2	2,7	-362,7	3,2	125,1	-0,9	271,6	2,2	-467,1	8,1
Nordeste	-5.009,9	46,3	-3.083,9	27,0	-4.912,0	34,1	-5.419,5	44,6	-3.154,10	54,6
Sudeste	-3.895,0	36,0	-6.011,4	52,7	-4.512,2	31,3	-3.126,5	25,7	-1.043,10	18,0
Sul	-1.397,5	12,9	-1.624,3	14,2	-4.184,8	29,0	-2.695,0	22,2	-808,4	14,0
Centro-Oeste	-224,5	2,1	-329,9	2,9	-929,1	6,4	-1.175,1	9,7	-308,6	5,3
Brasil	-10.824,1	100	-11.412,2	100	-14.413,0	100	-12.144,5	104	-5.781,30	100

Fonte dos dados brutos: IBGE (vários censos demográficos).

b) Qual a incidência do êxodo sobre a população rural de cada região do país ? É verdade que são os nordestinos que fornecem — com exceção dos anos 60 — a grande maioria dos migrantes rurais brasileiros. Em termos regionais, entretanto, é somente nos anos 50 e agora nos anos 90 que a taxa de desruralização nordestina é superior à das outras regiões do país, como se vê na Tabela 5. Apesar da magnitude absoluta do êxodo nordestino, sua perda de população rural é proporcionalmente menor que a do Sudeste e do Sul entre 1960 e 1970, menor que a do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste entre 1970 e 1990, e é somente nos anos 90 que o Nordeste volta a perder, em termos relativos, mais população rural que as outras regiões do país.

Tabela 5

Taxa Líquida Migratória — 1950/95

	1950/60	1960/70	1970/80	1980/90	1990/95*
Norte	-18,5	-22,6	6,3	9,6	21,5
Nordeste	-30,8	-14,9	-20,1	-22,4	31,1
Sudeste	-30,6	-46,5	-40,6	-35,2	25,9
Sul	-18,9	-22,0	-45,5	-37,7	-30,2
Centro-Oeste	-11,6	-17,0	-35,2	-48,8	-38,5
Brasil	-25,4	-26,5	-31,6	-28,4	-29,3

Fonte: Tabela 4.

* Taxas decenalizadas.

As respostas a estas duas perguntas nos permitem sugerir sucessivos *ciclos regionais* de movimentos rural-urbanos, detalhados a seguir.

3.1 - Anos 50: o Modelo “Pau-de-Arara”

Dos 11 milhões de migrantes rurais brasileiros dos anos 50, quase metade (46,3%) vinha do Nordeste.⁵ Isto não é surpresa pois a década é conhecida como o período de maior migração *inter-regional*: a construção da estrada Belém-Brasília, da nova capital federal, as grandes migrações para as áreas metropolitanas e mesmo as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordeste brasileiro, estão entre as principais explicações do fenômeno. O contingente populacional que deixou as áreas rurais nordestinas correspondeu a pouco menos de 1/3 (30,6%) da população que vivia no Nordeste no início da década (ver Tabelas 4 e 5).

O Sudeste aparece também com números expressivos: quase 4 milhões de habitantes deixam o campo, o que corresponde a 30,6% da população rural do início da década, engrossando, provavelmente, as áreas metropolitanas da própria região, então em franco crescimento. Neste momento — e isso perdura até certamente o início dos anos 80 — o êxodo rural contribui para a expansão populacional das áreas metropolitanas de maneira mais importante que o seu crescimento vegetativo.

Aproximadamente 19% da população da região Norte deixaram as áreas rurais nos anos 50. Sua participação no fluxo total de migrantes rurais brasileiros é irrisória (2,7%), dado o baixo contingente populacional da região. O mesmo pode ser dito do Centro-Oeste (ver Tabelas 4 e 5).

O êxodo rural da região Sul nos anos 50 (boa parte intra-regional) atinge 18,9% da população rural no início do período e contribui com apenas 13% dos migrantes rurais brasileiros. Como estas cifras se referem ao saldo migratório, ou seja, ao balanço entre entradas e saídas de migrantes, não permitem identificar provavelmente dois tipos de movimentos em sentido contrário observados na região: algumas regiões do Rio Grande do Sul expulsam população em direção às cidades, enquanto outras (oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e norte do Paraná) estão recebendo novos habitantes rurais, em geral vindos do Alto Uruguai gaúcho.

As altas taxas de crescimento vegetativo observadas em todas as regiões rurais brasileiras, resultado de taxas de fecundidade crescentes e mortalidade decrescente (ver Tabelas 6 e 7), contribuem para explicar por que, apesar da magnitude do êxodo rural, a população do campo mantém-se estável, em termos absolutos. Durante todo o período considerado, a região Nordeste apresentou taxas de

⁵ Esta estimativa deve ser vista com cautela, já que seu resultado é obtido através da comparação dos Censos de 1950 e de 1960. O Censo de 1960 apresentou vários problemas e na sua publicação, feita apenas a partir de 1976, não se encontram todas as informações. Por exemplo, os dados que permitem medir as taxas de fecundidade e mortalidade por situação de domicílio não foram publicados. As estimativas aqui apresentadas utilizaram a função fecundidade e mortalidade da década, tendo as diferenças por situação de domicílio sido corrigidas usando-se os diferenciais médios observados entre 1940/50 e 1960/70. A dificuldade causada pelo Censo de 1960 levou a que Martine (1990, p. 22) observasse: “Por incrível que possa parecer, não se encontra facilmente na literatura uma estimativa global da emigração líquida do campo para a década de 50”.

fecundidade bem mais altas do que as demais regiões. Muito embora a mortalidade desta região, medida pela menor esperança de vida ao nascer, também seja mais alta, o seu crescimento vegetativo era mais elevado do que o das demais regiões. No entanto, isto não explica a sua maior parcela de população rural, pois as taxas de migração rural-urbanas desta região são relativamente mais baixas do que as das demais regiões. Por outro lado, explica o elevado contingente populacional (em termos absolutos) que deixa as áreas rurais nordestinas.

Tabela 6

Taxas de Fecundidade Total: * Brasil Rural — 1940/85

	1940/45	1960/65	1970/75	1980/85
Norte	6,08	7,28	6,75	5,82
Nordeste	7,93	7,78	7,29	6,24
Sudeste	7,17	7,04	5,64	4,31
Sul	6,78	6,96	5,42	3,69
Centro-Oeste	6,39	6,87	6,00	4,08
Brasil				

Fonte dos dados brutos: IBGE (vários censos demográficos). Estimativas dos autores.

* Média de filhos tidos por mulher no final do período reprodutivo dadas as condições vigentes de fecundidade.

Tabela 7

Esperança de Vida ao Nascer: * Brasil Rural — 1945/85

	1945	1955	1975	1985
<i>Homens</i>				
Norte	37,6	51,4	60,9	62,8
Nordeste	34,8	43,3	49,9	53,8
Sudeste	42,5	54,3	60,5	65,8
Sul	49,9	53,7	65,3	69,1
Centro-Oeste	45,1	56,0	62,2	66,4
Brasil				
<i>Mulheres</i>				
Norte	41,5	55,6	66,2	69,8
Nordeste	37,5	46,4	55,2	61,5
Sudeste	46,5	58,2	67,6	72,9
Sul	52,9	57,9	71,3	76,2
Centro-Oeste	48,9	60,1	67,7	73,2
Brasil				

Fonte dos dados brutos: IBGE (vários censos demográficos). Estimativas dos autores.

* Número médio de anos que um recém-nascido espera viver dadas as condições vigentes de mortalidade.

3.2 - Anos 60: a Aceleração do Declínio Caipira

Essa é a única década em que a maior parte dos migrantes rurais brasileiros não teve origem no Nordeste. Nenhuma região brasileira, em qualquer momento de sua história, sofreu uma emigração tão importante quanto o Sudeste rural dos anos 60: nada menos que 6 milhões de pessoas deixam o meio rural da região, metade de toda a migração rural nacional e 46,5% dos que habitavam o meio rural do Sudeste em 1960 (ver Tabelas 4 e 5).

Martine (1990, p. 22) atribui esse movimento às mudanças técnicas por que passa a agricultura da região (sobretudo São Paulo), bem como aos chamados “fatores de atração”, que já estavam operando durante os anos 50 com a expansão das grandes cidades da região. A erradicação de cafezais, sua substituição por pastagens e a dissolução das “colônias” de fazendas que se seguiu à maneira como a legislação trabalhista foi usada em situação de regime militar contribuíram para este impressionante movimento populacional do Sudeste. O resultado é que, apesar das altíssimas taxas de fecundidade [que passam de 7,17 a 7,04 entre 1940/45 e 1960/65 (ver Tabela 6)], observou-se uma redução absoluta da população rural regional de 800 mil pessoas — contrariamente às outras áreas do país onde a população continuou a crescer. É durante os anos 60 que ocorre, então, a grande desruralização da região Sudeste.

Os 3,1 milhões de migrantes rurais nordestinos dos anos 60 correspondem a 27% do total nacional e a 1/5 da população rural nordestina do início do período. A redução das secas, o caráter relativamente tardio que teve a expulsão dos trabalhadores rurais para a “ponta de rua” no Nordeste (que se intensifica na década seguinte com a não aplicação das conquistas obtidas com o Estatuto do Trabalhador Rural) e a redução das oportunidades de trabalho derivadas tanto da erradicação dos cafezais no Sul como do menor crescimento econômico nacional e da inexistência de grandes obras como as da década anterior contribuem para explicar este menor nível migratório do Nordeste. A partir de então, como nos anos 50, o migrante rural brasileiro será antes de tudo um nordestino (ver Tabelas 4 e 5), embora, como já foi assinalado, é somente durante os anos 90 que a taxa de desruralização nordestina ultrapassa as das regiões Sul, Sudeste mas não ultrapassa a do Centro-Oeste.

3.3 - Anos 70: o Sul em Busca do Norte

Os anos 70 são a maior testemunha de que nem sempre o êxodo rural está associado à transformação na base técnica dos sistemas produtivos na agricultura. As duas regiões fornecedoras de migrantes rurais ao Brasil são o Nordeste (provavelmente numa retomada das migrações inter-regionais) com quase 5 milhões de pessoas e novamente o Sudeste com apenas 500 mil a menos. Neste último caso, é bastante verossímil que a mecanização (aliás subsidiada), a pecuarização e a continuidade da dissolução das colônias de fazenda tenham se associado a um mercado de trabalho urbano em expansão para provocar, depois dos 6 milhões dos anos 60, mais um fluxo de quase 4,5 milhões de pessoas no Sudeste (ver Tabela 4).

No caso do Nordeste, entretanto, essa nova leva de 5 milhões de migrantes pode estar influenciada por um certo nível de pecuarização, mas relaciona-se antes de tudo com a expulsão generalizada de “moradores” dos engenhos e com as oportunidades ainda maiores de migrações inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação durante a época do milagre econômico (ver Tabela 4).

A grande novidade com relação aos anos anteriores, entretanto, está no Sul. Durante os anos 70, quase metade (45,5%) da população rural que residia nesta região no início da década sai do campo e vem daí nada menos que 29% de todos os migrantes rurais do país (Tabelas 4 e 5). Nestes 10 anos, sua população rural tem uma redução de 2 milhões de habitantes. Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão rápido.⁶

Além disso, numa região em que é muito importante o peso social da agricultura familiar, as taxas de fecundidade das décadas anteriores foram suficientemente altas para que se reduzissem significativamente as possibilidades de criação de novas unidades produtivas na própria região para aqueles (ainda numerosos) que desejavam continuar na profissão dos pais [ver Abramovay *et alii* (1997)]. As chances de expansão da fronteira agrícola do próprio Sul eram pequenas e a região Norte começa a representar para muitos agricultores do Paraná e Santa Catarina o que o oeste destes estados representou anteriormente para seus pais, vindos do Rio Grande do Sul.

É daí que virão os chamados “gaúchos”, fundamentais na ocupação da Transamazônica e que vitalizaram as áreas rurais do Norte do país durante os anos 70 e 80, transformando-as em zonas de crescimento da população rural. O saldo migratório líquido regional do Norte é positivo neste período e a população rural ganha entre 1960 e 1980 um total de 1,2 milhão de pessoas.

Durante os anos 70, o Centro-Oeste passa por importante processo de expulsão da população rural (35,2% da população de início do período), mas nacionalmente pouco expressivo. Sua população rural, contrariamente ao que ocorreu na década anterior, já começa a reduzir-se em termos absolutos, o que vai acentuar-se durante os anos 80, a década da desruralização do Centro-Oeste (ver Tabelas 4 e 5).

Foi também neste período que a fecundidade das áreas rurais iniciou um processo de redução acentuada, que se manifestou mais claramente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A redução da fecundidade contribui, no curto prazo, para a desaceleração no ritmo de crescimento populacional e, no médio, para uma diminuição do êxodo rural em termos absolutos.

3.4 - Anos 80: no Centro-Oeste, Crescer e Expulsar

O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste (e que determinou a importância da região na oferta nacional de grãos) responde em grande parte pelo seu nítido esvaziamento demográfico rural nos

⁶ As políticas brasileiras do período são citadas por especialistas do Banco Mundial — juntamente com as do Paquistão, do Sudão e da Etiópia — como responsáveis pela distorção nas relações de preços entre os fatores produtivos e, conseqüentemente, pela eliminação de inúmeras unidades produtivas familiares que explicam boa parte do êxodo massivo da região Sul no período [Binswanger e Von Braun (1993, p. 181)].

anos 80. A soja no cerrado (estimulada não só por um poderoso e eficiente aparato de pesquisa agrícola, mas pelo oferecimento de garantias de preços em que pesados subsídios públicos estavam embutidos) junta-se à tradição pecuária para construir um meio rural cujas atividades econômicas demandam pouca mão-de-obra. Durante os anos 80, quase a metade (48,8%) da população rural do Centro-Oeste toma o caminho da migração. Como em termos absolutos esta população era pequena, o impacto no total nacional de migrações é baixo: apenas 9,7% (ver Tabelas 4 e 5).

Mais uma vez, como já foi assinalado, é do Nordeste que vem a grande maioria dos migrantes rurais: 5,4 milhões de nordestinos deixam o campo durante a década. Mas eles são pouco menos de 1/4 da população rural regional. Há indicações de que a grande mudança com relação à década anterior é que este êxodo rural adquiriu um caráter predominantemente intra-regional. Estimativas do saldo líquido migratório inter-regional (rural e urbano) apontam para uma redução de 2,3 milhões do saldo líquido migratório dos anos 60 para 1,1 milhão nos anos 80 [ver Camarano *et alii* (1997, p. 14-15)]. Além de uma redução na emigração regional há indicações de que o fluxo oriundo das áreas rurais teria se concentrado mais nas cidades de pequeno e médio portes (ver Tabelas 4 e 5).

Nos anos 80, a população rural nordestina apresentou, pela primeira vez, um declínio absoluto de mais de 5 milhões de pessoas. Este fenômeno é resultado da combinação da elevada taxa de migração rural-urbana com uma queda nas taxas de fecundidade, que passou de 7,3 filhos para 6,3 filhos no período (ver Tabela 6). A mortalidade, medida pela esperança de vida ao nascer apresentada na Tabela 7, decresceu no período mas num ritmo menor do que nas demais regiões do país.

3.5 - Anos 90: o Fim de um Ciclo?

Mais que nunca o êxodo rural brasileiro dos anos 90 é um fenômeno nordestino. De todos os migrantes rurais do país, 54,6% saíram do Nordeste entre 1990 e 1995 (ver Tabela 4), o que representou 31,1% da população que vivia na zona rural da região no início da década. A população rural nordestina apresentou uma redução absoluta de 1,2 milhão de pessoas nesses cinco anos como resultado do êxodo rural e da queda da fecundidade. Mas foi o Centro-Oeste a região brasileira que mais se desruralizou durante a década (ver Tabela 5).

A primeira grande novidade dos anos 90 parece estar nas regiões Sudeste e Sul. O êxodo rural do Sudeste vem declinando em termos absolutos e relativos desde 1970. As taxas líquidas de migração nos anos 90 (se as atuais taxas forem mantidas ao longo da década) estarão pela primeira vez abaixo de 30% (contra uma seqüência histórica bem superior, como se vê na Tabela 5). A população rural do Sudeste (que havia perdido, em termos absolutos, quase 1,4 milhão de habitantes entre 1980 e 1991) foi reduzida entre 1990 e 1995 em apenas 357 mil pessoas. No Sul a taxa de migração — que fora de quase 40% nos anos 80, (ver Tabela 5) — cai agora para aproximadamente 30%. A perda populacional rural absoluta dos anos 80, de pouco mais de 1,5 milhão de habitantes, é agora de 334 mil.

A outra novidade importante vem da região Norte, que entre 1970 e 1990 atraiu mão-de-obra e agora, durante os anos 90, assiste também a uma perda populacional de mais de 20%.

Em suma, apesar de sua magnitude global, os anos 90 parecem apontar em duas direções diferentes: por um lado, regiões em que o êxodo é ainda muito significativo (sobretudo o Nordeste, mas também, embora com população rural menor, o Centro-Oeste). Por outro, o Sudeste e o Sul, em que há uma emigração importante mas onde não se deve esperar um declínio tão significativo da população hoje residente no campo, dado, inclusive, ao fato de se observar um reduzido contingente populacional residindo lá atualmente.

O que ocorre sim é a mudança na composição etária e por sexo do êxodo rural, que vai incidir sobre o tipo de população que habita o campo. É o que será visto a seguir.

4 - MIGRAÇÕES: O PREDOMÍNIO JOVEM E FEMININO

O estudo histórico do êxodo rural parece contradizer aquilo que, no final do século passado, Ravenstein (1885/1980) apontou como lei dos processos migratórios: na verdade, “num primeiro período do êxodo rural, são os homens que partem para trabalhar fora, em migração sazonal ou definitiva. As mulheres não têm razão para partir, pois não encontram emprego fora do campo e elas permanecem integradas na vida social e familiar do povoado (*village*) tradicional, da qual elas têm mais dificuldade de escapar” [Mendras (1976/1995, p. 235)]. Henri Mendras cita inúmeros exemplos históricos deste fenômeno, já a partir do século XVIII, quando, na Europa, o êxodo rural é um movimento fundamentalmente masculino.

O próprio desenvolvimento do êxodo rural contribui para mudar esta situação. A partir de um certo momento “(...) são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas” [Mendras (1976/1995, p. 236)].

Num sentido bastante semelhante, Durston (1996b, p. 50) levanta a hipótese de que “(...) num primeiro estágio da transição demográfica/ocupacional jovens rapazes pouco qualificados emigram, em geral temporariamente, para suplementar a escassa renda da família, especialmente nas etapas iniciais de formação de seus próprios lares, quando têm pouco capital, terra herdada ou trabalho para permitir sua sobrevivência no interior de sua própria unidade produtiva. Num estágio seguinte desta dupla transição, as moças estão mais expostas a alternativas à vida numa cultura ‘machista’ tradicional e alcançam mais anos de educação formal que podem servir como passaporte para trabalhos qualificados e freqüentemente não manuais, num novo ambiente”.

Se a hipótese levantada por Mendras e por Durston for verdadeira, então o meio rural brasileiro encontra-se na segunda fase dos processos migratórios: os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é crescente a proporção de moças.

Por que razão as moças migram mais e por que esta tendência se manifesta de maneira desigual em diferentes regiões e períodos históricos?

Somente pesquisas regionalizadas podem responder de maneira precisa a esta pergunta. Três hipóteses básicas devem ser levantadas neste sentido:

a) As migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residência. Em 1995, aproximadamente 19% da PEA urbana brasileira estavam ocupadas em atividades domésticas [ver Melo (1998)].⁷

b) Em algumas situações, o caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada. Deixar a residência paterna é o caminho mais curto para a independência econômica, apesar dos inconvenientes ligados ao trabalho de doméstica. A própria família estimula esta migração, uma vez que são bem reduzidas as chances de as moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores [Abramovay *et alii* (1997)].

c) Outro caminho a ser explorado quanto à explicação do êxodo rural feminino e jovem e que não é incompatível com o que acaba de ser mencionado) está na *ligação entre processos migratórios e formação educacional*. A tradição latino-americana [da qual o Brasil não é exceção, como mostra o relatório da FAO (1995)] neste sentido é que fica no campo o filho ao qual “*la cabeza no le dá para más*” — assim, valoriza-se mais o estudo das moças (com a perspectiva de que saiam do campo) que o dos rapazes.⁸ Dados da Cepal [Durstun (1997)] mostram que no Brasil rural 55% dos rapazes têm menos de quatro anos de estudo. A precariedade da situação educacional das moças também é grave, mas menos que a dos rapazes: 42% das jovens rurais têm menos de quatro anos de estudo. Para que se tenha uma idéia da posição do Brasil na América Latina quanto a este aspecto, no Chile apenas 5% dos rapazes (e 4% das moças) estão nesta situação e mesmo no México as cifras são bem menos graves que no Brasil: 27% dos rapazes e 21% das moças.

⁷ Segundo ela, a categoria trabalhadores domésticos é essencialmente feminina: mais de 90% dos seus trabalhadores foram e são mulheres. Em 1985 havia cerca de 3,5 milhões (93,57%) de mulheres para apenas cerca de 250 mil (6,43%) homens, e em 1995 são 4,8 milhões (93,16%) de mulheres para 350 mil (6,84%) homens empregados nesse tipo de atividade.

⁸ Vários exemplos são citados neste sentido na mais importante publicação latino-americana a respeito: Cepal (1996). Ver, ainda, Cepal (1995) e FAO (1995).

O desenvolvimento destas hipóteses virá numa etapa posterior da pesquisa. O objetivo aqui é bem mais modesto: serão expostas, em primeiro lugar, algumas informações internacionais sobre envelhecimento e masculinização do meio rural para em seguida serem examinadas as principais informações brasileiras a respeito.

4.1 - O Celibato Camponês: a Experiência Internacional

Uma das preocupações explícitas da União Européia ao reformar sua política agrícola em 1992 foi evitar aquilo que na França é conhecido como “desertificação rural” [Abramovay (1994)]. Por mais que haja um certo exagero no termo, o fato é que hoje nos países capitalistas centrais quase ninguém encara o esvaziamento social do campo como uma contrapartida natural (e no limite desejável) do progresso. Ao contrário, há inúmeras políticas públicas na Europa e nos Estados Unidos voltadas ao povoamento do meio rural.

O envelhecimento e a masculinização do meio rural são, talvez, a expressão mais flagrante de seu declínio. É bem verdade que, nos últimos anos, as migrações de retorno de populações aposentadas e com um bom nível de renda têm contribuído para inverter processos de desagregação que pareciam irreversíveis [Cromartie e Calvin (1997)]. Mas é claro que a ausência de jovens e a desproporção entre os sexos acabam por comprometer as próprias chances desta retomada.

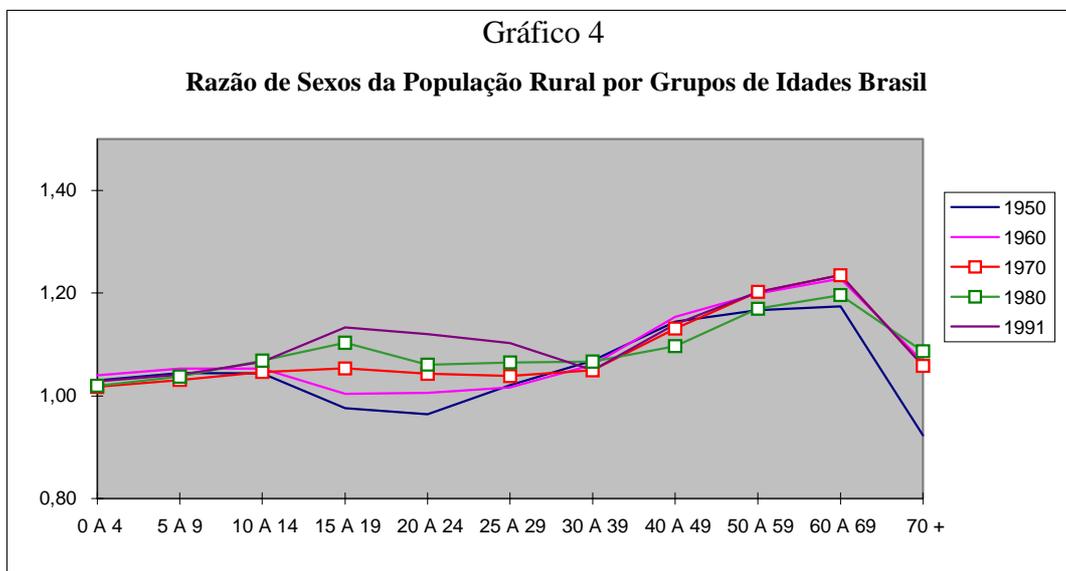
Nos últimos 20 anos, na França, o número de aposentados vivendo no meio rural aumentou 60%. Em 1982, havia 58 pessoas com mais de 65 anos para cada grupo de 100 jovens com menos de 20 anos [Hervieu (1993, p. 40)]. Ainda na França, nos grupos de idade entre 26 e 27 anos, 54% dos homens (mas apenas 31% das moças) moram em suas comunas de nascimento. Neste mesmo grupo de idade, 30% dos rapazes e somente 15% das moças moram ainda com os pais [Kayser *et alii* (1994, p. 81)].

A conjugação destes dois fatores (envelhecimento e masculinização) está na raiz de um fenômeno conhecido na França como “*célibat paysan*” [Bourdieu (1979)]. Em 1990, entre os homens que exerciam a profissão agrícola 1/3 não se tinha casado até a idade de 35 anos e 1/6 até a idade de 45 anos [Insee (1993, p. 47)]. Em alguns países europeus há inclusive agências matrimoniais especializadas no tema. Uma pesquisa realizada em 1987 na Bavária mostra que apenas 4% das jovens rurais querem casar com agricultores, sendo que 41% não o fariam em nenhuma circunstância [Gasson e Errington (1993, p. 147)].

A única informação agregada latino-americana a respeito está num trabalho da Cepal (1995, p. 8): em 1995 havia 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana. Nos grupos entre 15 e 29 anos, esta diferença chegava a 1,8 milhão — há 12% a mais de jovens homens, não muito distante da situação média do Brasil, como será visto a seguir.

4.2 - Brasil: Gradual Predomínio Masculino entre os Jovens Rurais

O principal instrumento estatístico para estudar o tema proposto é a razão de sexo, já mostrada anteriormente. Este indicador foi calculado para o Brasil como um todo, para as cinco regiões e também por faixas etárias como se vê no Gráfico 4.



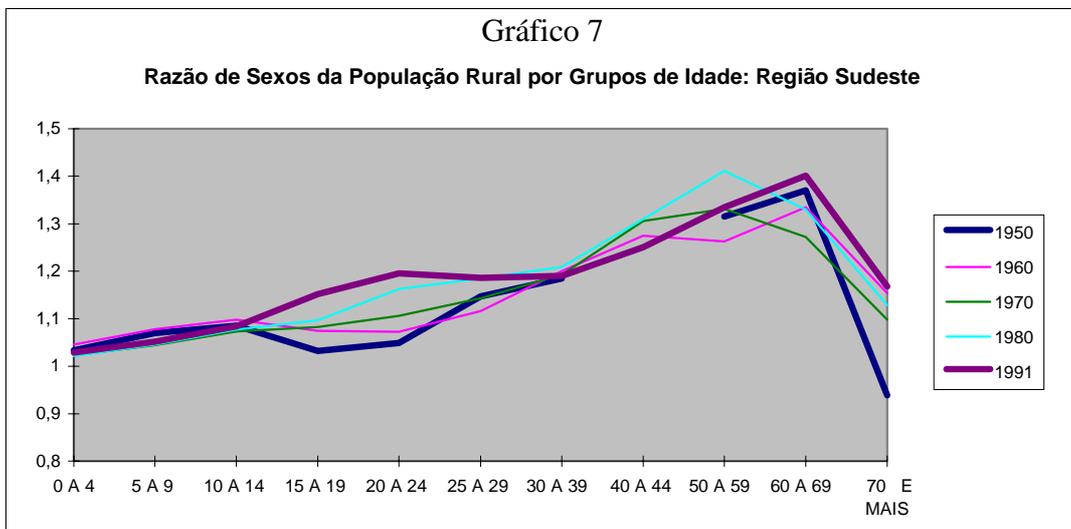
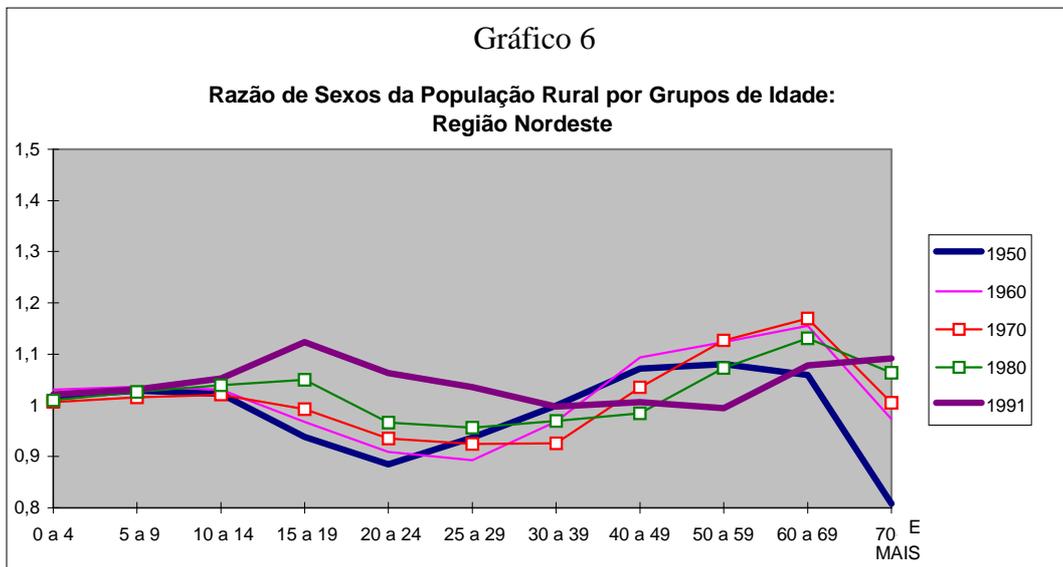
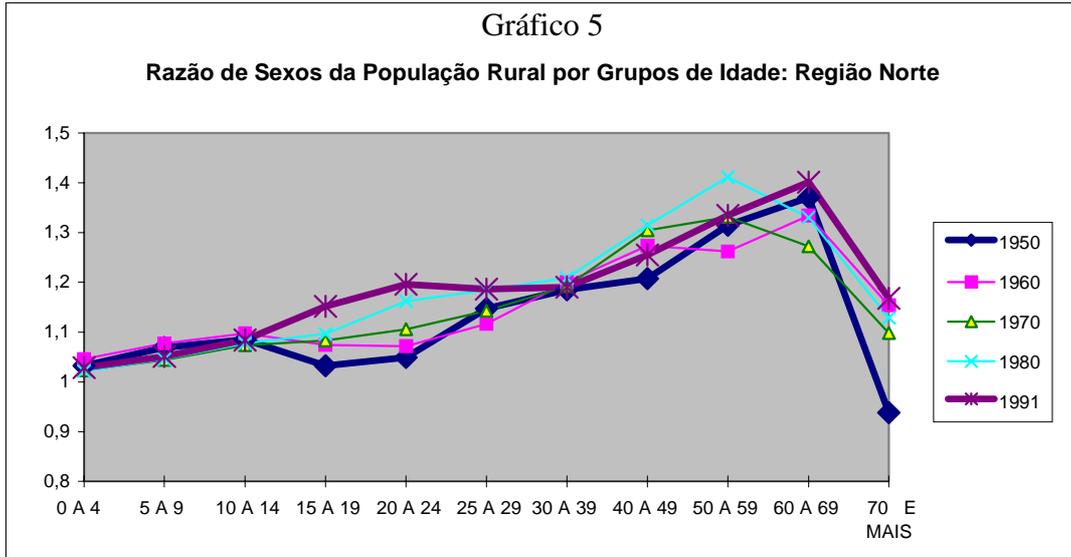
O que mais chama a atenção nesse gráfico é a coerência da evolução da razão de sexo nas faixas situadas entre 15 e 29 anos. Em 1950, há mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças.

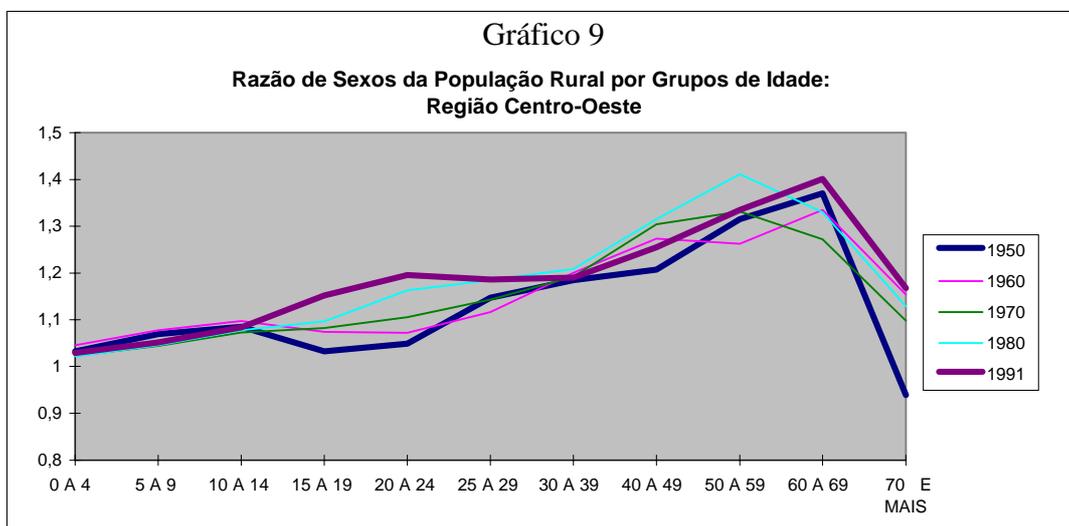
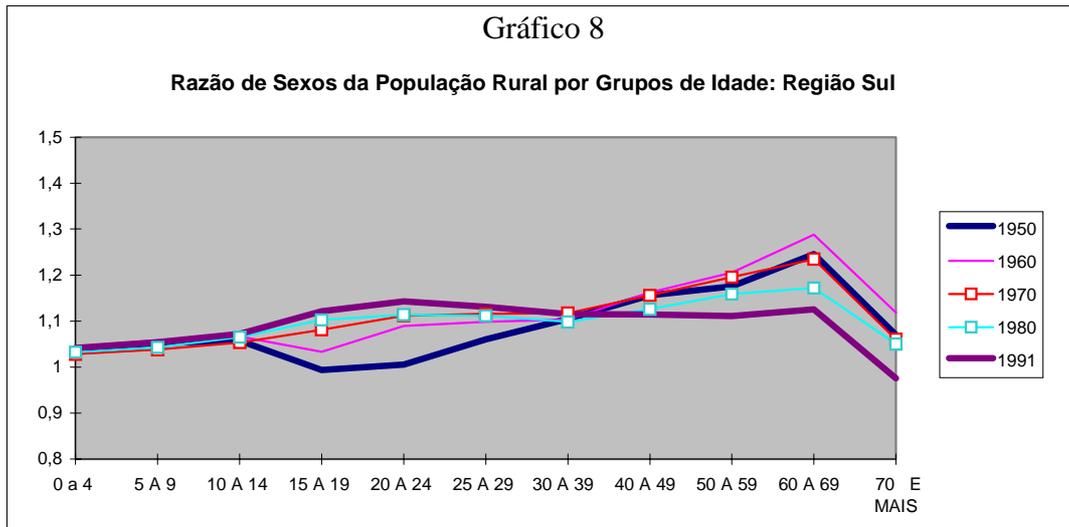
Esses dados são bastante coerentes com a impressão transmitida por alguns (poucos) trabalhos de campo que abordaram o tema e que falam, durante os anos 90 (sobretudo no Sul do país), de um êxodo predominantemente jovem e feminino [Deser/Unijuí/Assesoar (1992), MMA/Deser (1994) e Abramovay *et alii* (1997)].

Apesar da importância dessas informações nacionais, seu nível de agregação praticamente impede a elaboração de hipóteses que expliquem esta tendência à predominância masculina entre os jovens rurais. Somente o estudo regional permite avançar neste sentido.

4.3 - Algumas Diferenças Regionais

O aumento no predomínio masculino entre os jovens rurais é nítido, sobretudo, no período mais recente em todas as regiões brasileiras, como mostram os Gráficos 5 a 9. O primeiro contraste interessante a ser observado neste sentido refere-se ao Nordeste, que é a região cuja área rural apresenta o menor grau de masculinização, com uma razão de sexo de 1,06 em 1995, inferior à média nacional.





Apesar dessa diferença — que puxa a média brasileira para baixo —, o que chama a atenção no Nordeste é a rápida evolução na razão de sexo na população entre 15 e 30 anos. Até 1970, a razão de sexo nas faixas de 15 a 30 anos era menor do que um no meio rural do Nordeste, corroborando as hipóteses citadas anteriormente de Mendras e Durston. Em 1980, no grupo de 15 a 20 anos a situação começa a se inverter, mas entre 20 e 30 anos o predomínio é feminino. Em 1991, a tendência ao predomínio dos rapazes permanece e, em 1996, a razão de sexo na faixa entre 15 e 24 anos praticamente alcança a média nacional e aquela entre 25 e 29 fica um pouco abaixo.

A segunda região rural menos masculinizada do Brasil é o Sul, com uma razão de sexo equivalente à do país como um todo. O processo de masculinização começou nesta área bem mais cedo que no Nordeste e esta situação vem desde 1960. O que chama a atenção, mesmo assim, é a progressão da razão de sexo nas faixas entre 15 e 30 anos, sobretudo naquela entre 15 e 19 anos que passa de 1,03 em 1960 para 1,13 em 1995.

Desde os anos 50, a razão de sexo no Sudeste é superior a um. Mas também nessa área observa-se um aumento considerável nas faixas jovens, sobretudo nas de 15 e 24 anos. Em 1950, a razão de sexo entre 15 e 19 anos era de 1,03 e entre 20 e 24 anos de 1,04: passam em 1996 a 1,13 e a 1,11, respectivamente.

Na região Norte, esta tendência recente ao predomínio dos rapazes no meio rural é ainda mais acentuada. O Centro-Oeste é, em 1996, a região rural mais masculinizada do país. Sua razão de sexo é de 1,21 nesse ano. Na faixa de 25 a 29 anos chega a 1,23.

5 - CONCLUSÕES E ALGUMAS PERSPECTIVAS

A desruralização continua marcando a organização territorial brasileira na virada do século. Mas há diferenças regionais importantes neste sentido: se o movimento *massivo* e generalizado de *êxodo* ainda marca o Nordeste, as regiões Sudeste e Sul conhecem agora a emigração em escala bem mais reduzida que em períodos anteriores de sua história.

A Contagem Populacional mostrou que em 1996 ainda residiam nas áreas rurais da região Nordeste mais de 15 milhões de pessoas, o equivalente a 46% da população rural nacional. As taxas de fecundidade aí vigentes são muito altas, apesar de decrescentes. Em 1991/96, a taxa de fecundidade total era de 3,8 filhos por mulher, em comparação com 2,6 filhos para a região Sudeste. Isto por si só já assegura um potencial de crescimento vegetativo elevado para a região e um horizonte onde o *êxodo* rural deve ter um lugar de destaque. Mas também nas demais regiões o *êxodo* dos anos 90 é muito grande.

Até que ponto o meio rural pode ser um espaço propício na construção da cidadania e de condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social das populações que aí vivem? A resposta a esta questão supõe, antes de tudo, que se abandone a idéia conservadora de que é necessário “fixar o homem ao campo”. O *êxodo* predominantemente jovem mostra, ao contrário, que o campo se abre cada vez mais para o contato com as cidades. Resta saber se esta abertura dará lugar a laços construtivos e interativos ou se levará à desagregação do tecido social existente hoje no meio rural.

A resposta a estas questões exige a formulação de um programa de pesquisa que enfrente quatro temas básicos:

a) Qual a *estrutura social dos processos migratórios*? É bem provável que a maior parte dos assalariados rurais brasileiros já não seja considerada pelo IBGE como pertencente à população rural. Ela reside, em geral, em pequenas cidades com poucas características que podem ser consideradas urbanas e trabalhando em atividades agrícolas. Se isso é verdade, são as unidades familiares de produção que estão ainda fornecendo os grandes contingentes da migração rural brasileira. Isso poderá ser aprofundado no confronto com os dados do Censo Agropecuário e,

se confirmado, colocará obviamente uma questão crucial para a política governamental de assentamentos.

b) O predomínio jovem e feminino no êxodo rural não pode ser visto simplesmente como “lei objetiva” dos processos migratórios: é fundamental que se examinem as razões que fazem do meio rural um lugar ainda menos propício para as moças do que para os rapazes. Isso supõe não só um estudo mais desagregado das informações aqui apresentadas e seu cruzamento com os dados do Censo Agropecuário, mas também pesquisas localizadas e qualitativas.

c) É necessário discutir o que se entende exatamente por “meio rural” e aprofundar as comparações internacionais neste sentido. Os contrastes referem-se não só às definições, mas sobretudo às situações sociais: enquanto no caso brasileiro é da *agricultura* que depende fundamentalmente a população rural, nos Estados Unidos apenas 1/10 dos trabalhadores rurais é agrícola [Hill (1993, p. 25)] e na França apenas 13% dos que vivem nas comunas com menos de 2 mil habitantes são considerados agricultores [Abramovay (1994)]. Embora se possa dizer que a percentagem de brasileiros hoje vivendo no campo (22% da população) é menor que a de americanos (24%) ou a de franceses (27%), esta informação só toma sentido se for bem definido o que se entende em cada caso por população rural.

d) A relação entre êxodo rural e acesso aos serviços básicos da cidadania é decisiva: os indicadores educacionais do meio rural brasileiro são, como se sabe, ainda mais precários que os do meio urbano; por sua vez, um dos piores da América Latina. O maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural podem ampliar as chances de o campo ser um espaço que desperte nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida? Ou, ao contrário, o acesso à educação é a antecâmara da partida em direção às cidades?

Em outras palavras, mais que estudos sobre migrações, trata-se de aprofundar o conhecimento das condições de vida e do potencial de desenvolvimento embutido, hoje, no meio rural. Se o ceticismo quanto à fertilidade de um programa nesta direção é compreensível, a sensibilidade da opinião pública, as políticas governamentais e sobretudo os movimentos sociais que procuram fazer do campo um espaço propício na luta contra a exclusão social são sinais de que pode existir aí um horizonte promissor para a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. A dualização como caminho para a sustentabilidade. *Estudos Econômicos*, v. 24, número especial, p. 157-182, 1994.
- ABRAMOVAY, R., SACHS, I. *Nouvelles configurations villes campagnes*. Roma: FAO, 1996 (Habitat II).
- ABRAMOVAY, R., BALDISSERA, I. T., CORTINA, N., FERRARI, D., SILVESTRO, M., TESTA, V. M. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios — Chapecó*. Brasília, 1997, mimeo (Convênio FAO-Incra/CPMP-Epagri).
- BARTOLOMÉ, J. M. G. Los procesos rurales en el ámbito de la Unión Europea. In: TERESA, A. P., RUIZ, C. C. (orgs.). *La sociedad rural mexicana frente al nuevo milenio*, v. II. La nueva relación campo-cuidad y la pobreza rural. México: Plaza y Valdés Eds., 1996.
- BERCOVICH, A. Características regionais da população idosa no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Abep, v. 10, n. ½, p. 127, jan./dez.1993.
- BINSWANGER, H. P., BRAUN, J. von. Technological change and commercialization in agriculture: impact on the poor. In: LIPTON, M., VAN DER GAAG, J. *Including the Poor — Proceedings of a Symposium Organized by the World Bank and the International Food Policy Research Institute*. Washington, D. C.: World Bank Regional and Sectoral Studies, p. 169-189, 1993.
- BOURDIEU, P. Reproduction interdite — la dimension symbolique de la domination économique. *Études Rurales*, n. 113-114, p. 14-36, 1979.
- CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I., ARAÚJO, H. E., MEDEIROS, M. *A dinâmica demográfica recente da região Nordeste*. Brasília: IPEA, 1997.
- CEPAL. *Desarrollo rural sin jóvenes?* Santiago do Chile, 1995, mimeo (LC/R. 1.599).
- _____. *Juventud rural — modernidad y democracia en América Latina*. Santiago do Chile, 1996a.
- _____. *Juventud rural: fuerza de modernidad y democracia*. División de Desarrollo Social, 1996b.
- CROMARTIE, J., CALVIN, B. População rural se recupera nos anos 90. *Agroanalysis*, v. 17, n. 13, p. 7-9, 1997.

- DESER/UNIJUÍ/ASSESOAR. *Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar do sudoeste do Paraná*. Curitiba/Ijuí/Francisco Beltrão, 1992, mimeo.
- DIRVEN, M. *El empleo agrícola en América Latina y el Caribe: pasado reciente y perspectivas*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y Caribe, 1997 (Coleção Desarrollo Productivo, 43).
- DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: CEPAL. *Juventud rural — modernidad y democracia en América Latina*. Santiago do Chile, p. 57-80, 1996a.
- DURSTON, J. Comparative international analysis of rural youth policy in developing countries: coping with diversity and change. In: FAO. *Expert consultation on extension rural youth programmes and sustainable development*. Roma, 1996b.
- _____. *Juventud rural en América Latina: recudiendo la invisibilidad*. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia. São Paulo, 1997.
- FAO. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Convênio FAO/Incrá, 1995.
- GASSON, R., ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: Cab International, 1993.
- HERVIEU, B. *Les champs du futur*. Paris: Ed. François Burin, 1993.
- HILL, W. Agenda for rural America in the 1990's. *Agricultural Outlook*, n. 193, fev. 1993.
- IBGE. *Censo Populacional de 1996 — Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996*. 1997.
- INSEE. *Les agriculteurs — portrait social*. Paris, 1993.
- KAYSER, B., BRUN, A., CAVAILHÈS, J., LACOMBE, P. *Pour une ruralité choisie*. Paris: Datar/Ed. de l'Aube, 1994.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. *História e população — estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Abep/Iussp/Celade, 1990.
- MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Abep, v. 15, n. 1, jan./jun. 1998.

MENDRAS, H. *Les sociétés paysannes*. Gallimard, Paris, 1995.

MEYER, H. von. Les enseignements des indicateurs territoriaux. *L'Observateur de l'OCDE*, Paris, n. 210, p. 5-8, 1998.

MMA/DESER. *A mulher agricultora em Santa Catarina*. Curitiba/Florianópolis, 1994, mimeo.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. *Migração interna — textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: CONH, G. (org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1989.